

Tudo roído por baixo, tudo ruído por dentro

Resumo

Composto a partir de fragmentos descompassados, este artigo mobiliza exercícios cruzados de leitura da teoria do discurso e dos estudos *queer* para tensionar a progressiva gentrificação do *queer* e abrir espaço para a entrada da estranha materialidade da terra na política curricular. Ao embaralhar diferentes cenas escolares em contextos extrativistas, o argumento reimagina a intimidade com forças geológicas e telúricas, enquanto expõe a torção *queer* que tais forças realizam no campo da política ao deslocarem a hegemonia heteronormativa de categorias como vida e animação. No fim, um coro de ações incompreensíveis nos termos herdados da teoria política e de suas tradições antropocêntricas de conhecimento abre espaço para uma conversa íntima com a perspectiva da terra, que encontra um modo de perdurar não apenas ética e esteticamente, mas também politicamente.

Palavras-chave: geologia; ecologia; política de currículo; teoria do discurso; teoria *queer*.

Thiago Rannery

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
t.rannery@gmail.com

Elizabeth Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
elizabethmacedo@gmail.com

Para citar este artigo:

RANNIERY, Thiago; MACEDO, Elizabeth. Tudo roído por baixo, tudo ruído por dentro. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 27, n. 64, p. 38-66, maio/ago. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827642026038

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723827642026038>

Everything gnawed away
from below, everything
noisily inside

Abstract

Composed of mismatched fragments, this article mobilizes cross-reading exercises from discourse theory and queer studies to highlight the progressive gentrification of queer and make room for the strange terrestrial materiality to enter curricular politics. Through the juxtaposition of various school scenes within extractivist contexts, the argument reimagines intimacy with geological and telluric forces. Simultaneously, it unveils the queer twist that these forces bring to the field of politics by displacing the heteronormative hegemony of categories such as life and animation. Ultimately, a chorus of actions that are incomprehensible in terms of political theory and its anthropocentric traditions of knowledge opens space for an intimate listening to the perspective of the land, which finds a way to endure, not only ethically and aesthetically, but also politically.

Keywords: geology; ecology; curriculum policies; discourse theory; queer theory.

Todo roído por abajo, todo
ruidoso por dentro

Resumen

Compuesto a partir de fragmentos inconexos, este artículo moviliza ejercicios cruzados de lectura de la teoría del discurso y los estudios queer para tensionar la progresiva gentrificación de lo queer y abrir espacio para la entrada de la extraña materialidad de la tierra en la política curricular. Al mezclar diferentes escenas escolares en contextos extractivistas, el argumento reimagina, por un lado, la intimidad con las fuerzas geológicas y telúricas y, por otro, expone la torsión queer que tales fuerzas realizan en el campo de la política al desplazar la hegemonía heteronormativa de categorías como la vida y la animación. Al final, un coro de acciones incomprensibles en los términos heredados de la teoría política y sus tradiciones antropocéntricas de conocimiento abre espacio para una conversación íntima con la perspectiva de la tierra, encontrando una forma de perdurar no solo ética y estéticamente, sino también políticamente.

Palabras clave: geología; ecología; políticas curriculares; teoría del discurso; teoría queer.

Aqui o elemento de deslocamento, de impossibilidade de uma ordem representa muito mais que a dimensão de impureza e contingência que se encontra em toda a realidade empírica: constitui a definição mesma do estado de natureza (Laclau, 2000, p. 86).

Como o social é penetrado pela negatividade - isto é, pelo antagonismo-, ele não atinge o status de transparência, de presença plena, e a objetividade de suas identidades é permanentemente subvertida. Daqui em diante, a relação impossível entre objetividade e negatividade se torna constitutiva do social (Laclau; Mouffe, 2015, p. 206-207).

“E cada um no seu canto desenvolvia este ou aquele ponto, em direções diferentes; misturávamos as escritas, criando palavras cada vez que sentíamos necessidade” (Deleuze, 2016, p. 250). Era 1984, e Gilles Deleuze comentava em uma carta à Kuniichi Uno sobre escrever com Félix Guattari. “Nossas conversas comportavam elipses cada vez mais numerosas e podíamos estabelecer ressonâncias de toda sorte, não mais entre nós, mas entre domínios que atravessávamos” (Deleuze, 2016, p. 251). O espírito que anima este texto pode ser lido como uma dessas ressonâncias entre os diferentes domínios de investigação em currículo que atravessamos. De pronto, dois colegas de trabalho se encontram. Dois amigos que um dia, diga-se de passagem, já foram orientando e orientadora. Compartilhamos um terreno mais ou menos comum em torno da teorização curricular com um interesse especial pela diferença. Uma de nós está naquele que se pode dizer é um dos centros de irradiação da teoria pós-fundacional do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe no Brasil. O outro, é bem verdade, dela correu quando foi estudante, virando sua tese de doutorado para os estudos *queer*. Uma vem se dedicando à desconstrução dos processos de significação que produzem os contextos nos quais acontecem as políticas de currículo. O outro vem testemunhado a elaboração de uma nova filosofia da natureza pelos estudos feministas e *queer* em torno da problemática mal-chamada de ambientalista. Uma se pergunta sobre os efeitos imprevisíveis e imponderáveis de políticas curriculares recentes nas subjetividades e como professores e alunos buscam se constituir em um espaço tão normalizado quanto a escola. O outro se voltou para a entrada não requerida de criaturas mais-que-humanas no social e como nos força a reimaginar o que chamamos de (política de) currículo.

Quando percebemos, começamos a seguir aquilo que viemos a conhecer por virada linguística que, no século passado, foi o foco virtual de convergência de sistemas de pensamento tão diversos que parecem ter começado a se virar para outros lados, para

longe da linguística e, até certo ponto, da linguagem enquanto macroparadigma epistemológico. Nossos “hábitos mentais irrefletidos [...] concedem à linguagem e a outras formas de representação mais poder para determinar nossas ontologias do que elas merecem”, provocou Karen Barad (2017, p. 9). Em outros momentos, nós já nos dedicamos a explorar pontos de contato entre nós, misturando as diferentes direções que tomamos: políticas do vivível (Ranniery; Macedo, 2018), políticas públicas de currículo como entrelaçamentos intersubjetivos (Macedo; Ranniery, 2018) e currículo como zonas de tradução (Macedo; Ranniery, 2023). Agora, optamos por uma inflexão diferente. Partimos de um de ponto de contraste e quiçá de fricção mútua para cruzar terrenos epistemológicos distintos, embora sobrepostos: fragmentos de leitura da teoria do discurso são mobilizados para tensionar a progressiva “incorporação do queer nos domínios dos mercados de consumo e do reconhecimento social no final do século XX” (Puar, 2024, p. 20); de igual modo, fragmentos de estudos *queer* são mobilizados para abrir um espaço para pensar a entrada da natureza – por falta de palavra mais adequada – na política.

Sem saber, nos defrontamos com os mesmos limites da teoria política contra os quais Amanda Machin (2013) se debateu ao cartografar as negociações em torno das mudanças climáticas: a fixação com preocupações, agência e excepcionalismo humanos, marcas das tradições antropocêntricas de conhecimento. Mobilizada pela nossa primeira epígrafe, Machin (2013) abre um caminho: o reconhecimento do clima como uma categoria política alimenta o desentendimento. Ao contrário da suposição corrente de que fomentar a consciência ambiental produziria um conjunto claro e unificado de valores ecológicos, trazer a natureza de volta à política prolifera perspectivas. “Em vez de ser apenas um *objeto* de divergências, o ambiente torna-se um importante *terreno* de desentendimento” (Machin, 2013, p. 6). O que acontece quando esse terreno multiperspectivístico está sob suspensão ou mesmo vem a desabar? E se essas perspectivas não começarem nem terminarem em torno da figura do *antropos* e incluírem o próprio terreno? Aqui, nós nos utilizamos de debates sobre sexualidade e ecologia para considerar como a estranheza da matéria mais-que-humana da terra perturba a vida política de currículos. Embora uma opção mais fácil talvez fosse seguir Bruno Latour (2019), queremos manter a conversa com teorias a partir das quais

construímos nossas trajetórias, em algum momento, entrelaçadas de pesquisa. Parafraseando um pouco Kathryn Yusoff (2013, p. 225), ainda que “haja algo solitário, porém necessário, neste ato de fazer relações [feministas *queer*], ele nos permite superar a nós mesmos e buscar o que é verdadeiramente estranho e maravilhoso na coabitação de mundos nos quais nunca nos sentiremos em casa”.

No fundo deste experimento, habita um conjunto de incômodos. Certo cansaço com a progressiva institucionalização do *queer* que, no que pesem suas viagens e traduções, tornou-se, entre nós, reconhecido como sinônimo de identidades de gêneros e de sexualidade dissidentes. *Queer*, aqui, “não é nem um sujeito, nem um lugar” (Bourcier, 2022, p. 10). Uma inquietação com holismos integradores que conceitos como devir com e apelos à relacionalidade, tomados de uma leitura voluntarista de Donna Haraway (2022), e seus aparentados ontologicamente fofos, na provocação de Timothy Morton (2023), tendem a evocar nas artes de atentividade multiespécie. Que se note, no ensaio que leva este título, Thom van Dooren, Eben Kirsey e Ursula Munster (2016, p. 42) apontam para os ambientes geofísicos que “excedem, dinâmicas de predador e presa, parasita e hospedeiro, pesquisador e pesquisado, de parceiro simbiótico, ou vizinho indiferente”. Por fim, um incômodo com posturas cada vez mais parecidas com o apocalipse bíblico com seus arautos da peste, da fome e da guerra. Embora o movimento anti-reprodutivo conclamado por Lee Edelman (2004) de dizer “não ao futuro” seja um sinal de alerta para a pressa de pessoas que se identificam como LGBT em atualizar estruturas normativas de parentesco por meio do casamento e da criação de filhos – cujas implicações ecológicas podem ser encontradas seguindo esta nota¹ – a ausência de qualquer futuro ameaça, agora, em sentido mais dramático, em dimensão e escala diferentes, se tornar a condição do presente.

Longe de afastar estudos *queer* e teoria do discurso, nós nos enfurnamos em indícios da relação entre eles com a esperança de evocar cenas curriculares que testemunham que ecologia, ou talvez fosse mais preciso escrever em termos de coreografias hidrogeosociais, como prefere Andrea Ballesterio (2023), não têm a ver somente com aquecimento global, energia solar e reciclagem, nem se restringe às relações cotidianas entre humanos e mais-que-humanos. Tem a ver com perda, amor e

¹ Ver Adamo da Veiga (2024), Brionna Walker (2019) e Rebekah Sheldon (2016).

extinção. Com cuidado, desespero e compaixão. Tem a ver com perturbação e desabamento. Com dúvida, confusão e ceticismo. Com deleite, beleza e feiura. Com nojo, ironia, dor e persistência. Tem a ver com espanto e maravilhamento. Com o capitalismo e com o que pode existir depois do fim do futuro.

Cena 1

naquele primeiro momento, [...] eu estava já na porta da escola e aproximou um moço e ele gritava assim comigo: “Professor, nós temos que correr”. Eu falei assim: “Moço, mas por quê? É briga?”. Ele falou assim: “Não, moço, é a barragem que...” Ele não falava nem que rompeu, ele falava que estourou a barragem. Aí eu custei a entender o que era, minha ficha caiu assim já tinha uns cinco minutos que realmente foi aproximando um barulho muito grande e aí que eu percebi que realmente tinha acontecido um acidente grave. Nesse momento, né, aproximou o ônibus que passa por volta de cinco da tarde, que trazia a linha de Mariana/Bento Rodrigues, foi ele [o motorista do ônibus] que deu a gente uma carona porque se não fosse esse ônibus acho que nós não estaríamos aqui hoje, contando a história. Ele andou com a gente, acho que uns 100 metros, mais ou menos, não tinha mais como prosseguir, porque a lama já estava vindo nos encontrar. Então, onde que nós já tínhamos saído de frente da escola já existia lama e onde que o ônibus também teve que parar a 100 metros já tinha lama. Onde que descemos, subimos por cima... em torno do cemitério onde que conseguimos ter a noção, né, do perigo. Quando já tinha dez minutos isso [...] tive coragem de olhar para trás e ver a direção da escola, a lama já batia em cima do telhado da escola (Professor de Bento Rodrigues em depoimento a Adriane Hunzicker, 2019, p. 93).

Escola Municipal de Bento Rodrigues. Escola Municipal de Paracatu de Baixo. Escola Municipal Gustavo Capanema. Escola Municipal José de Vasconcelos Lana. Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves. O projeto curricular comum? Todas essas escolas desapareceram após o rompimento das barragens de rejeito de minérios do Fundão e do Córrego do Feijó, em Brumadinho e Mariana, Minas Gerais, em 2015 e 2019. O apelo de Alice Lopes (2025, p. 132) para “conceber um currículo sem fundamentos e admitir a política em um cenário de incertezas e sem repostas definitivas” ganha, aqui, todo um tom terrestre, subterrâneo, geológico, telúrico.

Conexões

Na Netflix, o filme *Homem com H*, cinebiografia do cantor Ney Matogrosso de 2025, dirigido por Esmir Filho, fazia sucesso. Como um germe de ouvido, foi impossível não

escutar a voz inconfundível: *Eu não sei dizer/ nada por dizer/Então, eu escuto*². Então, veio a lembrança um ensaio de Aldo Leopold (2019, p. 152-153), quando diz:

Um grito do fundo do peito ecoa de paredão em paredão, rola montanha abaixo e desaparece na escuridão distante da noite. É uma erupção de tristeza, desafiadora e selvagem, e de desespero por todas as adversidades do mundo. [...] Toda coisa viva (e talvez, do mesmo modo, muita das mortas) presta atenção aquele chamado. Somente a montanha viveu tempo suficiente para ouvir objetivamente o uivar de um lobo (Leopold, 2019, p. 152-153).

Quem ou que teria vivido tempo suficiente para ouvir, agora, o som da montanha, para ouvir o som do mundo desmoronando, na expressão de Paul Preciado (2023, p. 593), entregando-se horas “a fio às ondas, tentando afugentar a força traumática e repetitiva da memória da dor”? Não é este, o som da montanha, o tema de um dos contos, *O recado do morro*, de Guimarães Rosa que Eduardo Viveiros-de-Castro (2015) toma de empréstimo para nomear de *recado da mata* as palavras de Davi Kopenawa em *A queda do céu*? Talvez, essas conexões entre uma música, o escrito de ecólogo no início do século XX, um filósofo *queer* e um xamã Yanomami, soem despropositadas. Há algo de mobilizador, contudo, nessa história de traçar conexões fora de contexto, quando Marilyn Strathern (2004, p. 54), se refere àquelas conexões parciais como uma relação que compõe uma agregado que “não é singular nem plural, nem um nem muitos, um circuito de conexões em vez de partes juntas”. Conexões parciais nos permitem preservar nossas leituras tal como nos parecem: impressões efêmeras, como se tivéssemos sido jogados para dentro do romance *Sistema Nervoso* de Lina Meruane (2020). Nele, uma professora se conecta às enfermidades da família, através de pequenos fragmentos descompassados, movidos por intermitentes transições temporais e espaciais. Nesse exercício fragmentário, desejamos que essas notas apareçam entrelaçando fatias da vida dos outros, embrulhadas pelas nossas fantasias de leitores.

Aí. Nessa sala mal pintada, diante de todas essas cadeiras cheias de alunos matutinos pouco interessados no que Ela possa lhes dizer sobre o princípio da incerteza. Ela tenta ser sucinta: o universo nunca conheceu a harmonia, nunca foi um mecanismo perfeito, não serve para medir o tempo com precisão. [...] Por mais que a temporalidade do espaço seja ondulante, Ela tenta traçar na lousa uma cronologia de descobertas em linha reta. Estrelas congeladas. Anãs brancas e pulsares se contraindo e paralisando em milhões de buracos negros

² Versos da letra da música *Fala* de autoria de Joao Ricardo e Heloisa Orosco.

espalhados pelo universo. E depois a densidade infinita da singularidade e o horizonte de eventos do qual era impossível voltar. Os efêmeros sóis da física teórica e a irrupção da física nuclear durante as guerras planetárias. A física extraterrestre. Sobre essa linha de giz, o que ocorreu depois, embora tudo acontecesse simultaneamente. E Ela lhes fala e os minutos avançam embora pareçam retroceder ou ao menos estar parados quando sente uma fagulhada imprevista na ponta dos dedos.

Repentina descarga elétrica na mão. Instantâneo aí de dor retorcendo o fio da sua frase. A fração de um segundo se desajusta em seu relógio. Ela esconde a mão no bolso esperando que a imobilidade detenha o choque seguinte que a sacode. Seus alunos erguem os olhos surpresos por esse grito agudo e cochicham tentando deduzir, entre eles, o que está acontecendo com a professora de física (Meruane, 2020, p. 49-50).

Começos abandonados

Recomeçamos. Desta vez com certa solenidade, ao ler revisões sobre a presença da teoria do discurso em campos variados de pesquisa. Uma primeira dos estudos sobre ativismos e protestos (Fenton, 2016). Outra sobre ativismos ambientais (Askanius; Uldam, 2011). Uma terceira no campo da comunicação (Schou, 2016). Uma das nossas ideias iniciais era escrever sobre os clichês aos quais a leitura da teoria do discurso, aliás muito das ferramentas que herdamos do pós-estruturalismo, foi submetida na pesquisa em educação; sobre como, num universo conceitual tão vasto, certa vigilância epistemológica e alguma ética do trabalho intelectual adquirem um lugar central na postura investigativa. Embora cada uma dessas revisões realizem críticas em contextos muitos diferentes da pesquisa em currículo, de maneiras variadas sinalizam para um uso da teoria do discurso que tende a se limitar a um exercício analítico descritivo. Mapeamos como discursos se articulam, mas negligenciamos a parte da política radical como constitutiva da investigação. Por um breve minuto, somos tentados a universalizar uma crítica semelhante. Tudo isso, contudo, poderia soar um tanto obsoleto ou, quem sabe, até confiscado por um “novo léxico, designando apenas as convicções doutrinárias e as estratégias de doutrinação que, por sua vez, levam a crer que basta ‘desradicalizar’ para erradicar qualquer violência, para realizar uma reconciliação consensual com o mundo que produziu essas derivas” (Mondzain, 2022, p. 13).

Outra ideia inicial era reler os debates sobre discurso, a partir das histórias conceituais feministas e *queer* que, ao invés de negarem a matéria, se propuseram a tarefa de “pensar a materialidade sem seu habitual acompanhamento de essencialismo”

(Hird, 2024, p. 227). Depois de seguir currículos em paisagens arruinadas, de tomar para nós a pergunta de Renata Telha (2025), sobre o que pode ser a educação depois que o mundo já acabou, no meio desse longo depois, quando escolas literalmente desaparecem do mapa, a despeito das fantasias de planetariedade das políticas globais para currículos verdes da ONU e UNESCO, mapeadas por Jorge Marçal (2025), a intrusão não requerida disso que por séculos viemos a chamar de natureza, a intrusão de Gaia, como prefere Isabelle Stengers (2015, p. 48), indiferente a nós, “cega aos danos que provoca, à maneira de tudo o que é intrusivo”, nos força a pensar coisas que jamais imaginaríamos na educação: a lama, a terra, a água, o vento. “Essa falta de simpatia da filosofia contemporânea pela ciência da matéria não passa aliás de um traço a mais do negativismo do método filosófico”, provocou Gaston Bachelard (2019, p. 1) em *A terra e os devaneios do repouso*.

Inspirei e expirei algumas vezes em ritmo lento até me acalmar por completo. Quando me recuperei, percebi que havia ejaculado. Meu pijama, na altura da virilha, estava completamente molhado. E o esperma seguia brotando do pênis, escorrendo pelas pernas e lambuzando os chinelos. Não parava. Não conseguia fazê-lo parar. Quando havia ficado ereto? Estava assim desde que acordei? Não me lembro de sentir o pau duro quando ouvi a primeira vibração. Tampouco lembro o que estava sonhando. O ruído e, sobretudo, a impossibilidade de falar haviam me desnortado. Tentei me masturbar ali mesmo, na sacada, supondo ingenuamente que me esvaziaria de esperma e, assim, interromperia o fluxo. Mas não foi o que aconteceu. Eu continuava a jorrar. [...] E o som chegava a todos os confins na mesma intensidade. [...] E o mais bonito é que, nessa reencenação do teatro do mundo, quem parecia estar no comando não era mais alguma divindade, nem mesmo a natureza, mas os próprios vulcões, os únicos atores com comunicação direta não com o que pode haver de mais alto e elevado, mas com o que há de mais baixo e profundo: a própria entranha ardente da Terra (Stigger, 2024, p. 18-20).

A obra de Bachelard tem por subtítulo *ensaio sobre as imagens da intimidade*, isto é, as “solicitações de dinâmicas que se ativam em nós quando formamos as imagens materiais das substâncias terrestres” (Bachelard, 2019, p. 3). Bachelard (2019, p. 3) continua, “toda matéria imaginada [...] torna-se imediatamente a imagem de uma intimidade”. Em *Krakatoa*, de Verônica Stigger (2024), os vulcões são convocados para figurar esse encontro com a imemorial matéria telúrica, alçando a intimidade com o geológico a níveis radicais. A escuta do coro dos vulcões, da insólita música mítica da terra, é recebida por um homem, ao que parece sobrevivente solitário de um cataclisma, com uma ereção involuntária e incessante, um uma “experiência de troca, de intimidade,

de desejo indiferente à identidade pessoal” (Bersani; Phillips, 2008, p. 113). Se a intimidade com a terra leva Bachelard ao repouso, ao refúgio e ao enraizamento, através das imagens da casa, do labirinto e da caverna, nós fomos arrastados para o desabamento, o desprendimento, o arruinamento através das imagens de “quando se é sugado para dentro da terra em colapso” (Arbex, 2022, p. 41). Trata-se de pensar “intimidades insondáveis” (Morton, 2010, p. 280) com essas estranhas entranhas da terra, com essa insensata da matéria ctônica, e não somente o pertencimento. É assim que preferimos imaginar as potencialidades *queer* a fim de realçar a alteridade mais-que-humana das questões ambientais para a pesquisa em currículo e perturbar o consenso que os enquadramentos tecno-científicos e ético-conservacionistas tanto se esmeram em articular. “E se eu dissesse [...] que isso que chamam de *eu* não existe, assim como a criança não existe? [...] Sou música e sou a destruição” (Stigger, 2024, p. 64), indaga o petróleo em seu monólogo nessa ópera; voz que poderia ser estendida a tantos outros arrastados a fórceps das vísceras da terra.

Cena 2

Pelo menos 242 milhões de estudantes em 85 países tiveram os estudos interrompidos em 2024 por conta de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, ciclones tropicais, tempestades, inundações e secas, dispara a chamada do site³ do Fundo das Nações Unidas para a Infância, a UNICEF, na ocasião de lançamento do relatório *Aprendizagem interrompida: panorama global das interrupções escolares relacionadas ao clima* (UNICEF, 2024). Segundo dados do documento, 74% desses 242 milhões de estudantes afetados estão em países de baixa e média-baixa renda, com uma pontuação média no Índice de Risco Climático Infantil (CCRI) de 7 em 10. O CCRI calcula a exposição e a vulnerabilidade de crianças aos efeitos da crise climática. Para tanto, leva em conta a vivência de choques climáticos e ambientais, como ciclones e ondas de calor, enquanto a vulnerabilidade é medida através da qualidade de acesso a serviços essenciais como saúde e educação, por exemplo⁴. O site interativo do índice do qual extraímos as

³ Para conferir a chamada, vero site: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/quase-250-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-tiveram-os-estudos-interrompidos-por-criises-climaticas-em-2024-alerta-UNICEF>.

⁴ O site pode ser acessado em: <https://data.unicef.org/resources/childrens-climate-risk-index-report/>.

informações acima abre com a informação: *1 bilhão de crianças, (aproximadamente metade das crianças do mundo) vivem em países de risco extremamente altos*. O relatório *Crianças, adolescentes e mudanças climáticas*, de 2022, já indicava que “mais de 8,6 milhões de meninas e meninos brasileiros estão expostos ao risco de falta de água; e mais de 7,3 milhões estão expostos aos riscos decorrentes de enchentes de rios” (UNICEF, 2022, p. 8). Apenas no Brasil, segundo os dados de 2024, ficaram sem aula por algum período 1,17 milhão de crianças e adolescentes. Nesses números, nós nos deparamos com o paradoxo relatado por Janet Miller (2014), aquele de codificar o incognoscível, que, aqui, tanto intensifica e prolonga a desapropriação, quanto renuncia os limites ligados à propriedade da ação conferida ao *antropos*.

Para cada criança é o lema da agência transnacional que levaria Edelman (2004) a se contorcer com evocação da figura simbólica-chave da heteronormatividade. A Criança se tornou uma das figuras paradigmáticas da biopolítica da reprodução do nosso século, nota Rebekah Sheldon (2016). Para a autora, a conjunção entre a criança em perigo e a Terra ameaçada atualiza, entretanto, a lógica da catástrofe que serve de motivação e método para colocar as vidas de crianças em risco. Isso porque, embora a figura emergja atrelada às forças da vitalidade mais-que-humana – máquinas, mares, tempestades e apocalipses planetários não explicados –, ela é forjada para contê-la como uma espécie de passaporte seguro para o futuro por meio da promessa de mais uma geração da espécie. Um certo cinema recente rastreia esse apego. De *Filhos da Esperança* (2006) a *Mães X Andróides* (2021), *De Destinos à Deriva* (2023) a *A Grande Inundação* (2025), de *Bird Box* (2019) a *The Pod Generation* (2023), de *Pobres Criaturas* (2023) a *Boas Maneiras* (2018), o conflito entre o horizonte ausente de futuro e os perigos presentes de uma irrupção *queer* mais-que-humana é amplamente mediado pela figuração da mãe, da grávida, do bebê e da criança.

Além da ausência

Judith Butler e a teoria *queer* (Salih, 2012). Michel Foucault e a teoria *queer* (Spargo, 2017). Jacques Derrida e a teoria *queer* (Hite, 2017). Deleuze e a teoria *queer* (Nigianni; Storr, 2009). Lacan e a teoria *queer* (Dean, 2006). Qualquer escavação da bibliografia contemporânea não tardará a chegar à combinação de nomes associados às

virada “pós” com o sintagma “a teoria queer”. A ausência de Laclau e Mouffe é, contudo, notável. Não localizamos nenhuma introdução deste tipo, com exceção, talvez, da obra organizada por María do Mar Castro Varela, Nikita Dhawan e Antke Enel (2011), intitulada *Hegemonia e heteronormatividade: revistando o político da política queer*. E foi quando nos demos conta de que estamos fazendo uma espécie de inventário de citações já que a presença da teoria do discurso nos estudos *queer* é bem mais difusa do que se poderia esperar. Porque nos embrenhamos nessas leituras incidentais, nós nos debatemos com uma das linhas evocativas que não tardamos a encontrar: aquela que não somente aponta para a ausência da sexualidade em qualquer debate – o *Handbook* da Universidade de Oxford sobre populismo (Kaltwasser; Taggart; Espejo; Ostiguy, 2017) é um exemplo notável; não há na vastidão de temas, nenhuma menção à sexualidade –, mas porque realiza um movimento de reler conceitos um tanto canônicos e menos contestados do que deveriam ser da teoria *queer* a partir de Laclau e Mouffe.

Assim, passa-se da matriz heteronormativa à hegemonia heteronormativa; da hegemonia heteronormativa à homonormatividade (Duggan, 2003), ao homonacionalismo (Puar, 2024) e ao liberalismo *queer* (Eng, 2010). Embora se siga com frequência aquela linha para o qual vários de nós fomos atraídos, do *queer* como uma crítica não apenas a toda e qualquer normatividade, mas à lógica identitária enquanto tal, desemboca-se, mesmo que a contrapelo, na própria contestação da hegemonia do *queer*. A “aceitação da estrutura capitalista democrática liberal que permanece a mesma, o pano de fundo inquestionável, em toda a proliferação dinâmica da multidão de novas subjetividades” foi uma das frases provocativas de Slavoj Žižek (2000, p. 321) em um conhecido livro de diálogos entre ele, Butler e Laclau. Nas novas subjetividades, Žižek incluiu a teoria *queer*. De fato, *queer* constituiu o mais radicalmente novo dos novos movimentos sociais dos quais Laclau e inúmeros outros antes e depois dele falaram desde pelo menos a década de 1970. “Há uma politização de vastas áreas da vida social que abre caminho para uma proliferação de identidades políticas particularistas. O surgimento de uma pluralidade de novos sujeitos que escaparam das estruturas políticas clássicas [...] impuseram novos desafios à prática política e à teoria política” escreveu Laclau (1994, p. 4).

Reler o *queer* dessa forma contraria o diagnóstico comum de gentrificação. Ao encontrarem também via psicanálise, a negatividade constitutiva do social – tema da nossa segunda epígrafe –, há quem tenha tomado o *queer* como uma reflexão sobre a própria impossibilidade da subjetividade, sobre, enfim, o fim, uma orientação dirigida para a morte, capaz de curto-circuitar as pretensões teológicas da heteronormatividade. Releitura que fez nascer toda uma tradição de negatividade *queer*, uma virada antirrelacional e antissocial da teoria *queer* (Halberstam, 2008; Baedan, 2012). Posição consolidada nos debates sobre futurismo reprodutivo de Edelman (2004; 2022) e sua atenção para a obstinação *queer* em perturbar a solidez do significado, a estabilidade da liberdade sexual e a alucinação da sobrevivência. Diferente, contudo, as evocações de Laclau e Mouffe aparecem, aqui e ali, em uma retomada insuspeita, um encontro que parecia até então improvável entre os (pós)marxismos e a teoria *queer*, uma aliança que deu passagem para uma crítica ao total eclipse da igualdade e os sonhos liberais de inclusão e comunhão política que habitam os desejos de reconhecimento social de identidades, às vezes da teorização *queer* e mesmo da vida *queer* mais amplamente; renovada, no Brasil, pela tradução da obra de Jasbir Puar (2024), sobre homonacionalismo, vinte anos depois de publicação, e de Mario Mieli (2025), *Por um comunismo transexual*, publicada em 1977, espécie de ancestral que realizou, na Itália, o trabalho difícil de articular sua condição de bicha desvairada, psicanálise e marxismo.

Cruzando essas duas linhas, James Penney (2014), a propósito de um comentário sobre *Contingência, Hegemonia e Universalidade*, sinalizou que o que Laclau poderia oferecer à teoria *queer* era um interesse renovado pelo conceito de universal — um universal alternativo, em suas palavras — que havia sido condenado ao ostracismo pelas políticas da diferença, “persuadindo [a teoria *queer*] a ir além, mesmo que aos trancos e barrancos, por assim dizer, dos limites do horizonte diferencialista dentro do qual, quase sem exceção, foi confinada” (Penney, 2014, p. 45). Foi com similar surpresa que a formulação de uma história universal negativa proposta por Dipesh Chakrabarty (2009) foi recebida. Aquele que convocou, uma vez, os estudos pós-coloniais a escamotear as categorias universalistas da história e da teoria política modernas gestadas desde o Iluminismo (Chakrabarty, 2001), voltou-se para como a era batizada de Antropoceno não emerge do movimento dialético da história, nem integra particularidades, mas surge de

um senso compartilhado de catástrofe do humano como espécie que, atuando em escalas incompreensíveis, é arrastado para uma convergência das histórias natural, humana e geológica, nunca passível de compreensão. O universal deixa de ser sobre a construção de um projeto político; torna-se uma questão política que, em alguma medida, já aconteceu, embora a discordância generalizada de quando teria começado só demonstre a capacidade da terra de gerar desentendimentos.

Não sem a suspeita de ser considerado reacionário, Leo Bersani (1996) traçou uma abordagem afirmativa da semelhança a partir do *homos* de homossexualidade. “Existimos, tanto no tempo quanto no espaço, em uma vasta rede de quase-semelhança, uma rede caracterizada por relações de replicação imprecisa”, escreve Bersani (1996, p. 196). Logo, Bersani (1996) que chegou a interrogar se um “homossexual deve ser um bom cidadão?”, sugerindo que “dada a ânsia por respeitabilidade tão visível na vida gay hoje, algum atrito útil [...] pode ser gerado ao questionar a compatibilidade da homossexualidade com o serviço cívico” (p. 143), dirigiu-se, um pouco depois, para práticas homossexuais ascéticas e sugeriu que bem poderiam funcionar como modelos de ética ecológica (Bersani, 2002). Que a intimidade erótica seja um ética ambiental, é um reconhecimento de como os entrelaçamentos ecológicos se assemelham muito mais à relacionalidade *queer* do que com outros modelos relacionais com os quais são costumeiramente comparados. Como Edelman (2011, p. 471) deixa escapar, “o antissocial nunca é, obviamente, distinto do social em si”. Mesmo no interior dessa matriz de negatividade *queer* a relacionalidade está, portanto, viva e passa bem. Por tudo isso, uma observação de Penney (2014) oferece outra pista: o desafio é duplamente perturbador porque reaproximar economia, política e subjetividade exige não apenas sinalizar onde o sexo está ausente, mas os efeitos dessa ausência para a problemática da relação da teoria *queer* com os (pós)marxismos.

Uma dessas zonas problemáticas é a ecologia. Quando se trata dela, ainda somos hegemonicamente heteronormativos. Penney (2014) se volta também para a psicanálise a fim de interrogar os limites da política sexual, argumentando que abandonar o projeto esgotado da politização da sexualidade e o corolário da liberdade – a “fantasia difundida pós-Stonewall”, na expressão de Paola Bachetta (2019, p. 174) – é a condição para implantar a sexualidade no campo do antagonismo político. Muito do dito sobre a relação

difícil entre a teoria *queer* e a crítica ecológica identificou as incompatibilidades mútuas, principalmente relacionadas ao estatuto da temporalidade e do que pode ser tão natural (Seymour, 2013; Mortimer-Sandilans; Erickson, 2010). Longe, todavia, de tomar partido nos debates que pretendem denunciar a fobia erótica dos discursos ambientais, nós nos posicionamos do lado do desejo – quem sabe, do desejo homossexual, para fazer um trocadilho com Guy de Hocquenghem (2020). Mieli (2023) abre o livro-manifesto, afirmando que o desejo homossexual é universal. Invocando um poema de Pier Paolo Pasolini, *Súplica à minha mãe*, Mieli (2025) recusa a homossexualidade como um sujeito diferente, não sem antes sugerir que é a sublimação do traço homoerótico que articula a coesão do vínculo social. A sociedade heterossexual nada mais é que a introdução mortal de uma prisão perpétua à vida latente. A súplica: “eu não quero morrer/ estou aqui só contigo em um futuro a florescer” (Pasolini, 2015, p. 31).

Formulações como sexo abstrato (Parasi, 2004) e depois do sexo (Halley; Parker, 2007) podem soar precipitadas e até pedirem por um cuidado por sua eventual abrangência totalizadora ao pressupor a universalidade de conceitos desenvolvidos nas universidades estadunidenses. Podemos, todavia, nos sentir um pouco mais confortáveis com escrever em termos de universais alternativos e ler como as redes de replicações imprecisas da insensata matéria da terra nos arrastam para dentro dela, sem com isso abandonarem o sexo, mas, ao contrário, o expandem ou mesmo exigem uma noção mais ampla das mutações da sexualidade no mundo proliferante do capitalismo de desastre, fazendo uso do termo popularizado por Naomi Klein (2008), se é que já não tem sido assim. “A própria premissa de que a sexualidade se presta a categorias de identidade e à sua desconstrução é o que há de mais essencialmente burguês no discurso da sexualidade”, conclui Penny (2013, p. 49). Uma “sexualidade já animada por discursos do sujeito livre e limitada pela sociedade representam um verdadeiro desafio para os estudos da sexualidade definidos pela dinâmica da identidade e da interpelação”, ecoa Elizabeth Povinelli (2007, p. 575), entrelaçando teoria *queer* e mundos geo-hidrofísicos submetidos a longas trajetórias coloniais do extrativismo.

Cena 3

Em 2022, a Escola Municipal Francisco Xavier da Silva foi desativada. A estrutura foi comprometida pela força das ondas do mar da praia de Atafona, na foz do Rio Paraíba do Sul em São João da Barra, município do estado do Rio de Janeiro. Sua interdição e posterior desocupação buscava evitar que fosse totalmente destruída, como aconteceu com outras edificações. A estimativa, segundo levantamento de Julia Naidin e Fernando Codeço (2020), é de 500 casas engolidas pelo mar desde 2017. “Assisti ao mar avançando, entrando pelo terreno e corroendo tudo por baixo. Aqui, a gente assiste à terra descendo...” (Barrense, 2020, s/p), conta Sônia Ferreira, a líder comunitária e presidente da associação *SOS Atafona*, de quem tomamos de empréstimo o título deste ensaio, em entrevista ao *Portal Uol*. Ela segue: “Não foi uma onda avassaladora, veio roendo por baixo até que a construção caiu sobre ela mesmo. Eu assistia à deterioração dela e meus filhos ficaram apreensivos, querendo que eu saísse de casa porque seria a próxima. Falei que só no dia que o mar chegasse no muro que tinha em frente à casa. Demorou 11 anos, mas ele chegou...” (Barrense, 2020, s/p). O fenômeno é complexo e não pode ser explicado casualmente. É mais efeito de múltiplos processos, dentre os quais o desvio de dois terços das águas do rio que desemboca no Pontal de Atafona, explica Naidin (2021), uma das fundadoras da CasaDuna, coletivo que reúne artistas e pesquisadores⁵. Para se ter uma ideia, segundo dados do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, em 2019, das 24.092 barragens registradas no Brasil, 943 delas estão nessa bacia, entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (CEIVAP, 2019). Os dados do cadastro de barragens no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens são, entretanto, autodeclaratórios.

Mais um punhado de perguntas

Uma vez, Jack Halberstam (2008), e não foi o único, alertou para as tendências universalizantes da virada antissocial da teoria *queer*. Podemos nos inquietar se a interrogação não pode ser expandida para conceitos como “hegemonia heteronormativa”, “homonormatividade”, “liberalismo *queer*” e “homonacionalismo”

⁵ O site do coletivo pode ser acessado em: <https://www.casaduna.org/>

quando viajam. Que tipos de leituras essas categorias analíticas recebem em seus deslocamentos? O viral do Tik Tok, *hoje meu marido trabalha presencial, vamos preparar a lancheira dele comigo?*, pode até despertar certa vontade de vingança teórica. “Cada vídeo e/ou publicidade publicados nas redes sociais rendem a partir de R\$ 20 mil. [...] A ideia de transformar as refeições para o esposo em vídeo veio como uma solução para reforçar sua identidade e sexualidade nas redes sociais (Andrade, 2025, s/p), diz reportagem sobre o influencer. Ainda assim, no atual cenário, é crucial interrogarmos as traduções de categorias analíticas entre nós. “Que poder e potencialidades abdicamos quando aceitamos a univocidade do mercado/mercadoria/totalidade capitalista global?”, se perguntam Julie Graham e Katherine Gibson (2006, p. 144-145). Há “duas maneiras diferentes de fazer a leitura do panorama da vida gay contemporânea: uma leitura para a hegemonia, a outra para a diferença. [...] Eu fiz a escolha ética pela leitura da diferença”, provoca Gavin Brown (2013, p. 127).

O que acontece, então, quando certa postura crítica *queer* das tendências normalizadoras acaba as (re)constituindo como particularmente unívocas e unidimensionais? O que é renunciado? Intimidade é o nome da pista deixada por David Eng (2010). Nas frestas da crítica aos efeitos despolitizadores que articula orgulho gay e valores familiares, Eng (2010) demonstra como, nas bordas das histórias relegadas ao campo supostamente apolítico da intimidade, a intimidade se torna um campo passível de contestação afetiva e psíquica. A retificação do liberalismo é perturbada e se vê às voltas com o risco de obliterar aquelas histórias que lhe são constitutivas, mas irredimíveis e irre recuperáveis. Algo equivalente não poderia ser dito para as histórias íntimas com a estranha matéria da terra quando a crítica quer amplificar e reificar as tendências perturbadoras do capitalismo extrativista? Explorando casos de adoção transnacional, Eng (2010) aponta para como intervenções afetivas podem fomentar um senso de resposta a passados e presentes fantasmáticos, bem como a outras comunidades e humanidades. De que outra forma, podemos começar a abordar a estranheza material das entranhas da terra sem que as histórias entrelaçadas de capitalismo e colonialismo a obliterem num piscar de olhos como uma arma de destruição em massa? Enquadrar como uma questão de causa e efeito a erupção do coro telúrico de vozes subterrâneas não é outro modo de bloquear a proliferação de perspectivas? As substâncias terrestres e

minerais assombram porque, na espessura íntima, abrem para “uma geo-neuro-biografia material em camadas de ossos e corpos, cinzas e terra, onde a morte e a vida se encontram” (Barad, 2024, p. 334).

Estética

As formulações de David Floyd (2009) sobre a reificação do desejo andam lado a lado com o progressivo desaparecimento do sexo em uma obra que se propõe a reconectar teoria *queer* e marxismo. Por aqui, podemos não ir muito longe. Ou, o Google pode nos levar para longe, para outras paragens. Estética antagônica (Bishop, 2014). Estética Conflitual (Marchart, 2019). Arte como confronto (Ferreira da Silva, 2021). E até ante-estética, assim com “e”, no trocadilho de Rizvana Bradley (2023). Diferentes nomes para diferentes projetos teóricos. Esses exercícios conceituais incidem, cada um ao seu modo, sobre o antagonismo político nos entrelaçamentos com a estética, navegando por uma atuação diversificada de artistas negras, feministas e *queers* nas últimas décadas nos Estados Unidos, no Brasil, na América Latina e em África. Obras que ao invés de exigirem participação literal ou uma implicação direta do espectador, realizam uma imbricação mais complexa entre o social e o estético. Obras que se recusam a aceitar que a arte deva funcionar como um bálsamo ou uma sutura para um corpo social e político dilacerado. Ao não se basearem na harmonia, mas sim na exposição daquilo que é forcluído para sustentar a aparência dessa harmonia, esses trabalhos realizam confrontos, por vezes explícitos, mas na maioria das vezes apenas implícitos, com a política da representação. Para Bradley (2023), o enquadramento da catástrofe, do colapso e do contágio para causar indignação e empatia políticas usa dos mesmos instrumentos, mapas e orientações construídos para figurar negritude como paradigma do abandono e da violação, eclipsando expressões complexas da vida negra. A figura da negritude, sugere a autora, sempre desfigurada e desfigurante não promete nem redenção nem emancipação, apenas desclassificação, no duplo sentido de rebaixamento e de desordem taxonômica.

A arte negra cria, a partir do abismo, um pensamento da negatividade sem recuperação ou reparação, uma negatividade cujo movimento não estabelece dialética nem vazio, mas sim uma descida ilimitada. A arte negra vira o mundo do avesso, traçando seu centro ausente e seus vestígios anteriores. A arte negra estremece e ferve com o toque contaminante, com a impureza carnal, com a

exorbitância ruinosa que lhe foi imposta. A arte negra se expressa em uma língua inefável e encontra eco nos ouvidos daqueles que a escutam (Bradley, 2023, p. 1-2).

Longe de buscarem a inclusão de perspectivas daqueles ausentes ou de representar aqueles que ficaram do lado de fora da história, essas intervenções ameaçam uma mudança no cerne da estética. E há razões suficientes para estender esse questionamento aos confrontos com a maquinaria ecopolítica do mundo. Qualquer esforço para lidar com as questões da entrada da carne estranha da terra nas políticas curriculares nos confronta com os enquadramentos persistentes que realizamos da natureza de formas anteriores a qualquer ação ou decisão política, pedindo para conjurar a revitalização de noções, tais como de subjetividade, relacionalidade e coletividade que obliteram o antagonismo espreado pela perspectiva monstruosa dos desejos voluptuosos terrestres. Realçar a negatividade *queer* dessas coreografias hidrogeossociais é manter a abertura à indeterminação que essa negatividade difrata e amplia. Só poderia ser a memória desacreditada daquilo tudo que não pode mesmo falar que nos conduziria de volta às perguntas difíceis sobre a presença cintilante e a vitalidade sombria de uma malha de replicações imprecisas que é indizível nos termos herdados da teoria política. Em vez de partirem da premissa de que dos currículos devem reparar ou recuperar o mundo, cada uma das nossas cenas traça figurações da intimidade com a terra, o desabamento, a exorbitância, a contaminação e o arruinamento, e suas sobreposições, desmontando nossas gramáticas políticas. “Trata-se de uma guerra a propósito da piedade”, diz Jacques Derrida (2001, p. 57), uma guerra que devemos pensar “porque creio que se trata do que chamamos ‘pensar’”.

Cena 4

Era uma extensão da minha casa. Foi um corte muito brutal para a minha filha. Quando soube que ia ter que sair da escola, ela chorou muito e disse que ia ficar na escola. Tivemos que explicar a ela que precisávamos tirá-la de lá e que também iríamos nos mudar. Pensei que fôssemos desabar de vez. Hoje, ela se emociona por tudo e diz estar triste. Quando alguém fala a palavra Braskem, dá vontade de chorar, eu não gosto (Costa; Albuquerque, 2023, s/p).

O desabafo é de Claudia Santos em reportagem do Observatório da Mineração. O clima de incerteza começou no sábado, 3 de março de 2018, quando um tremor de terra

com magnitude 2,5 na escala Richter foi registrado em vários bairros da cidade de Maceió, Alagoas. Paredes racharam, parte do asfalto cedeu e buracos apareceram nos pisos de imóveis. Prédios, casas e estabelecimentos comerciais foram esvaziados, sob a orientação da Defesa Civil. Um ano e dois meses depois, em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) apresentou um laudo conclusivo, expondo a principal causa do surgimento das rachaduras: a atividade de mineração de sal-gema pela Braskem, autorizado ainda na ditadura militar à revelia dos laudos ambientais da época. A extração do material, um tipo de cloreto de sódio utilizado na fabricação de soda cáustica e do plástico PVC desestabilizou cavernas subterrâneas, provocando o afundamento do solo. Além do Pinheiro, os bairros Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol foram afetados. Dados da Agência Pública (Costa; Albuquerque, 2023), para 2023, falam em 18 escolas e 7 mil alunos, afetados pela instabilidade das minas. Destes, 3.508 foram realocados para outros prédios e 531 estudaram a distância naquele ano. E tudo isso antes da crise da covid-19. Outros 3.036 seguem nos mesmos prédios, em áreas de observação pela Defesa Civil. Como Rikartiany Teles (2025, p. 169) enfatiza sobre os deslocamentos forçados, o aforismo “um bom acordo é o que traz uma suposta paz” é no mínimo injusto.

Não é pouca vida

O que temos até aqui? Duas linhas. Talvez, três. Esta última, encontramos nas pesquisas que analisam a formação do sujeito político dos movimentos LGBTs e sua pluralização e articulação com outras agendas da diferença (Feitosa, 2017; Muniz Júnior; Barbalho, 2020) ou na releitura *queer* do conceito de masculinidade hegemônica (Brito, 2021). Uma linha é a da crítica ao conluio do *queer* com o neoliberalismo. A segunda deriva do reaparecimento do confronto no campo do estético. Entre uma e outra, cada uma das cenas convida para uma ruptura com as categorias da teoria política que herdamos. E, tudo isso, só foi possível porque, em algum momento, nós não pudemos resistir ao convite de rastrear a intrusão da questão material da terra, o que acontece quando as substâncias terrestres aparecem e entram na cena política das escolas. Seu ressurgimento público perturba o locus de enunciação do que é política — quem pode ser um ator político ou o que pode ser considerado uma ação política — e chacoalha os antagonismos que, por séculos, vêm organizando o campo político e que, gradualmente

articulado por meio de paradigmas científicos modernos, não baniram a terra da política, mas a confinaram ao solo ou cenário para a ação política⁶.

Chantal Mouffe (2015) defendeu, certa vez, que a política implica práticas por meio das quais diferenças antagônicas entre amigos e inimigos são ideológicas e institucionalmente transformadas em agonismos — as relações entre adversários. Por sua vez, Marisol de La Cadena (2010) argumentou que o campo político reconhecido atualmente como tal foi moldado não apenas por essa distinção, mas também pela separação antitética entre Humanidade e Natureza. “Somente os seres humanos plenos se envolveriam em antagonismos, e somente eles podiam transformar suas inimizades em relações de confronto — isto é, engajar-se na política” (De La Cadena, 2010, p. 344). Com essas formulações em mente, somos tentados a sugerir que a hegemonia heteronormativa atua conformando a própria esfera da política. Se, como aprendemos com Foucault (2010), sexualidade é o nome de um dispositivo de poder que regula, antes de tudo, a reprodução da vida e o que a vida pode ser, a política foi transformada em um campo de batalha regulado, para não dizer, ecologicamente domesticado pela sexualidade. Nele, são tomadas decisões sobre quem são os inimigos, mas, igualmente sobre quem, apesar do antagonismo, nem sequer é digno de tal estatuto, aqueles que sequer merecem ser mortos ou sequer são deixados para morrer porque não contam como vida. São não-vida, afirma Elizabeth Povinelli (2022), reconfigurando o dispositivo de sexualidade para abordar o geos, a quem a violência é impossível de provocar qualquer crise ética, posto a lógica heteronormativa codificar a vida em termos bio-ontológicos – nascer, crescer, se reproduzir e morrer. A hegemonia heteronormativa incide, assim, sobre as distinções entre viva e não-vida, entre animado e inanimado, e seus derivados, tais como orgânico e inorgânico, biótico abiótico, nos deixando com essa encrenca.

Na relação colapsada com estratos hidrogeológicos, reivindicações da sexualidade como propriedade de uma subjetividade autônoma são interrompidas. Contraintuitivamente essas cenas “reconhece[m] o desejo promíscuo da matéria de se associar a outras formas de matéria” (Cohen, 2015, p. 27), exposto na ação irruptiva da terra. Na medida em que Mel Chen (2025), em sua exortação à intoxicação *queer*, e Stacy Alaimo (2016), com a transcorporalidade dos ambientes tóxicos, tornam problemática a

⁶ Para uma história ambiental dessa ideias políticas, ver Pierre Charbonnier (2021).

normatividade do reconhecimento do vivo e da capacidade de animação das coisas, a agência *queer* das coreografias hidrogeológicas que, o próprio processo acelerado de disciplinarização faz proliferar, é mostrada. “Portanto, nascimento e morte não são prerrogativas exclusivas do mundo animado. Seres ‘inanimados’ também têm vidas finitas” (Barad, 2024, p. 346). Essa é uma torção *queer*, posto “que perturba a oposição entre viver e morrer (sem colapsar as suas importantes diferenças materiais)” (Barad, 2024, p. 347). Emanuele Coccia (2020, p. 11) escreveu que “não há oposição entre o vivo e o não vivo. Todo ser vivo não apenas está em continuidade com o não vivo, mas ele é seu prolongamento, sua metamorfose, sua expressão mais extrema”, ou seja, “a vida é sempre a reencarnação do não vivo, a bricolagem do mineral, o carnaval da substância telúrica do planeta” que finalmente “não para de multiplicar suas faces e seus modos de ser na mínima partícula de seu corpo díspar, heteróclito”.

Não é que sejamos apenas co-constituídos por tudo o que nos rodeia ou que somos dependentes da alteridade mais-que-humana de maneiras desproporcionais. Declarar isso não é suficiente, por mais aberrante que seja. Cada uma dessas cenas lembra que somos uma transição de gênero da terra, um metamorfose do *abismo iletrado de alguns sons* sobre o qual falou Pedro Lemebel (2023, p. 49-50), “conten[do] ruídos, vozes aprisionadas no barro, descrições gruturais de um geografia”, nos forçando a “contin[uar] escutando debaixo da terra o som das marés como idioma interminável” (p. 51). Escuta que não se dá na forma da herança reprodutiva heterossexual ou da continuidade temporal heteronormativa, mas como um entrelaçamento-estranhamento de outros corpos minerais e tempos geológicos em/através de nós. Nisso reside a radicalidade da ação política da terra, que alterando a carne, coloca suas profundezas em intimidade, em contato com a superfície, e “se combina e interfere em toda ação humana ‘intencional’” (Iovino; Oppermann, 2012, p. 86). Se cada cena indicia ações entrelaçadas das infra-estruturas extrativistas da máquina colonial capitalista, a contrapelo, sinaliza para como “nenhum de nossos atos intencionais se limita à esfera da intencionalidade ‘pura’, mas sempre se situa em um contexto de configurações materiais coemergentes” (Iovino; Oppermann, 2012, p. 86). Se, como disse Haraway (2023, p. 86), a “Espécie Homem não faz a história” e a “soma de Homem e Ferramenta não faz a história”, não há razões para aceitar que a história da política curricular assim o seja. Há sinais de um

terreno multiplicado de perspectivas aquém e além do “sistema de mito associado ao Antropos” (Haraway, 2023, p. 86) em direção a um estado de natureza *queer* da terra que desafia e escapa às categorias políticas curriculares, que “resiste à ordem das coisas, que oferece recusas imprevisíveis e imortais aos regimes de representação que procuram engolir a diferença por completo” (Halberstam, 2020, p. 178), que nenhum currículo poderia integrar.

Depois do fim

O quadro *O quarto estado*, de Giuseppe Pellizza da Volpedo, de 1901, estampa a capa da tradução brasileira de *A razão populista* (Laclau, 2013). Na cena, uma marcha resoluta de trabalhadores em protesto caminha em uma praça com sua força política. À frente, dois homens e uma mulher com um bebê em um dos braços. Nem a terra sob os pés dos trabalhadores são mais, se é que um dia foi, o solo seguro, nem as árvores e o céu ao fundo da cidade são mais o simples terreno sobre o qual a ação política com suas promessas de reprodução de futuros se desenrola. O aparecimento da terra, da água e dos ventos inaugura uma política diferente, não porque é performada por corpos marcados por gênero, classe, raça, ou sexualidade que exigem direitos ou representação, ou por ambientalistas que representam a natureza, mas porque, irrompendo à cena política, essas forças violam a visibilidade daquilo que as devorou. Mais ainda, realizam que “o que precisamos é de uma prática de ouvir e, em seguida, amplificar as análises, respostas e propostas do presente e do futuro” (Gómez-Barris, 2017, p. 136). Se escutarmos a pergunta, “em zonas de extrativismo contínuo, que respostas, engajamentos e pontos de vista emergem que não esgotam a diferença, mas, ao contrário, a proliferam?” (Gómez-Barris, 2017, p. xx), uma intimidade com as perspectivas da terra que atribuímos à esfera da natureza (onde deveriam ser conhecidas pela ciência) ou aos campos metafísicos e simbólicos pede para ser levada à sério. O que acontece quando as matérias da terra invadem, rompem, lambem, cantam, comem, soam, corroem, fazem barulho nas cenas curriculares? São a parte sem nenhuma parte que entram na política, multiplicando desentendimentos. Que a monstruosidade, a estranheza, a negatividade, a queeridade, se quisermos, tenha se deslocado para as estranhas entranhas da terra é algo que cabe pensar. Se seremos capazes de nos articular

com ela a fim de transformar a guerra, como paradigma ontoepistemológico, que governou silenciosamente a política, é uma questão em aberto.

Referências

ALAIMO, Stacy **Exposed: Environmental Politics and Pleasures in Posthuman Times**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

ARBEX, Daniela. **Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

ASKANIUS, Tina; ULDAM, Julie. Online Social Media for Radical Politics: Climate Change Activism on YouTube. **International Journal of Electronic Governance**, v. 4, n. 1-2, p. 69–84, 2011.

BACHERLARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre a imaginação da intimidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

BACCHETTA, Paola. Recalibrando o “universo queer” transnacional: posicionalidades-identitárias lésbicas e “lésbicas” em Deli nos anos 80. **Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 2, p. 172-208, 2019.

BAEDAN. **The Anti-Social Turn**. 2012. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/baedan-baedan.pdf>. Acesso em: nov. 2025.

BALLESTERO, Andrea. Planetarities Choreographies, Resonance, and the Geologic Presence of People and Aquifers. **Environmental Humanities**, v. 15, n. 3, p. 266-287, 2023.

BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. **Vazantes**, v. 1, n. 1, p. 6-34, 2017.

BARAD, Karen. Tempo(s) perturbador(es) e ecologias do nada: re-tornando, re-lembrando e enfrentando o incalculável. **Revista Estudos Políticos**, v. 15, n. 3, p. 266-317, 2024.

BARRENSE, Heloísa. 'Tudo corrói por baixo': a vida no distrito que vem sendo engolido pelo mar... **Portal Uol**, São Paulo, 24 de setembro de 2024. Disponível: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2024/09/24/tudo-corroi-por-baixo-a-vida-no-distrito-que-vem-sendo-engolido-pelo-mar.htm>.

BERSANI, Leo. **Homos**. Harvard: Harvard University Press, 1996.

BERSANI, Leo. **Is the Rectum a Grave?** University of Chicago Press, 2010.

BERSANI, Leo; PHILLIPS, Adam. **Intimacies**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

- BISHOP, Claire. Antagonismo e estética relacional. **Tatuí**, n. 12, p. 109-132, 2011.
- BOUCIER, Sam. **Queer zones (vol 1)**. São Paulo: Crocodilo, 2022.
- BRADLEY, Rizvana. **Anteaesthetics**: Black Aesthetics and the Critique of Form. Stanford: Stanford University Press, 2023.
- BRITO, Leandro. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. **Estudos Feministas**, v. 29, p. 1-14, 2021.
- BROWN, Gavin. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 125-138, 2013.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Potcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. **Critical Inquiry**, v. 35, n. 2, 197-222, 2009.
- CHARBONNIER, Pierre. **Abundância e liberdade**: uma história ambiental das ideias políticas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- CHEN, Mel. **Animacidades**. São Paulo: n-1 edições, 2025.
- COHE, Jeffrey. **Stone**: An Ecology of the Inhuman. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.
- COSTA, Géssika; ALBUQUERQUE, Jean. Os efeitos do crime ambiental da Braskem na educação de Maceió. Agência Pública, Brasília, 16 dezembro 2022. Disponível em <https://apublica.org/2022/12/os-efeitos-do-crime-ambiental-da-braskem-na-educacao-de-maceio>. Acesso em: dez. 2025.
- DEAN, Tean. Lacan and queer theory. In: RABATÉ, Jean-Michel. (ed.). **The Cambridge Companion to Lacan**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 238-252.
- DE LA CADENA, Marisol. Indigenous Cosmopolitics in The Andes: Conceptual Reflections beyond "Politics". **Cultural Anthropology**, v. 5, n. 2, p. 1548-1360, 2010.
- DELEUZE, Gilles. Carta a Uno: como trabalhamos a dois. In: LAPOUJADE, David. (ed.). **Dois regimes de loucos**: textos e entrevistas (1975-1995). São Paulo: Ed. 34, 2016. 249-251.
- DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- DUGGAN, Lisa. **The twilight of equality?**. Boston: Beacon Press, 2003.
- EDELMAN, Lee. **No Future**. Durham: Duke University Press, 2004.

- EDELMAN, Lee. **Bad Education**. Durham: Duke University Press, 2022.
- ENG, David. **The Feeling of Kinship**. Durham: Duke University Press, 2010.
- FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.
- FENTON, Natalie. Multiplicity, Autonomy, New Media, and the Networked Politics of New Social Movements. In: DAHLBERG, Lincoln; PHELAN, Sean. (eds). **Discourse Theory and Critical Media Politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. p. 178-200.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. Ler a arte como confronto. **Logos**, v. 27, n. 3, 2021.
- GÓMEZ-BARRIS, Macarena. **The Extractive Zone**. Durham: Duke University Press, 2017.
- HALBERSTAM, Jack. The Anti-Social Turn in Queer Studies. **Graduate Journal of Social Science**, v. 5, n. 2, p. 140-156, 2008.
- HALBERSTAM, Jack. **Wild things**. Durham: Duke University Press, 2020.
- HALLEY, Janet; PARKER, Andrew. Introduction: After Sex? On Writing Since Queer Theory. **South Atlantic Quarterly**. v. 102, n. 3, p. 421-432, 2007.
- HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- HIRD, Myra. Feminist Matters: New Materialist Considerations of Sexual Difference. **Feminist Theory**, v. 5, n. 2, p. 223-232, 2004.
- HITE, Christian. (ed.) **Derrida and queer theory**. Nova York: Punctum, 2017.
- HOCQUENGHEM, Guy. **O desejo homossexual**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2020.
- HUNZICKER, Adriane. **O rompimento da barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- IOVINO, Serenella; OPPERMAN, Serpil. Material Ecocriticism: Materiality, Agency and Models of Narrativity. **Ec@zon@**, v. 3, n. 1, p. 75-91, 2012.
- KALTWASSER, Cristóbal; TAGGART, Paul; ESPEJO, Paulina; OSTIGUY, Pierre. (eds). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Rio de Janeiro: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto. **The Making of Political Identities**. Londres: Verso, 1994.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**. São Paulo: Editora da UNESP, 2019.

LEMEMBEL, Pedro. **Poco hombre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

LEOPOLD, Aldo. **Almanaque de um condado arenoso e alguns ensaios sobre outros lugares**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019.

LOPES, Alice Casimiro. **Por um currículo sem fundamentos**. São Paulo: Cortez Editora, 2025.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Derrida e a diferença: currículo como zona de tradução. **Imagens da Educação**, v. 3, p. 26-46, 2023.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, p. 739-759, 2018.

MACHIN, Amanda. **Negotiating Climate Change**. Londres: Zed Books, 2013.

MARÇAL, Jorge Felipe. **O dispositivo planetário**: um tese curricular. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

MARCHAT, Oliver. **Conflictual Aesthetics**. Sternberg: Sternberg Press, 2019.

MERUANE, Lina. **Sistema Nervoso**. São Paulo: Todavia, 2020.

MILLER, Janet. Teorização do currículo como antídoto contra/na cultura da testagem. **e-Curriculum**, v. 12, n. 3, p. 2043-2063, 2014.

MONDZAIN, Maria-José. **Confiscação**: das palavras, da imagem e do tempo. São Paulo: Relicário, 2022.

MORTIMER-SANDILANDS, Catriona; ERICKSON, Bruce. Introduction: A Genealogy of Queer Ecologies. In: MORTIMER-SANDILANDS, Catriona; ERICKSON, Bruce. (eds.). **Queer Ecologies**. Bloomington: Indiana University Press, 2010. p. 1-40.

MORTON, Timothy. **Ser ecológico**. São Paulo: Quina Editora, 2023.

MORTON, Timothy. Guest Column: Queer Ecology. **pmla**, v. 125, n.2, p. 273-283, 2010.

- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- NAIDIN, Julia. Memória não é só ruína. **Select**, 1 de junho de 2021. Disponível em: <https://select.art.br/memoria-nao-e-so-ruina/>. Acesso: dez. 2025.
- NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando. A CasaDuna de Atafona - Arte em contexto erosivo. **Concinnitas**, v. 21, n. 39, p. 152-180, 2020.
- NIGIANNI, Chrysanthi; STORR, Merl. (eds). **Deleuze and queer theory**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2009.
- PARISI, Luciana. **Abstract Sex**. Nova York: Continuum-3PL, 2004.
- PASOLINI, Pier Paolo. **Poemas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.
- PENNEY, James. **After Queer Theory: The Limits of Sexual Politics**. Londres: Pluto Press, 2014.
- POVINELLI, Elizabeth. Disturbing Sexuality. **South Atlantic Quarterly**, v. 102, n. 3, p. 564-576, 2007.
- PRECIADO, Paul. **Dysphoria mundi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2023.
- PUAR, Jasbir. **Agenciamentos terroristas**. São Paulo: Crocodilo, Editora Unicamp, 2024.
- RANNIERY, Thiago; MACEDO, Elizabeth. Políticas do vivível: diferença, teoria e democracia por vir. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo.(Org.). **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018. p. 21-50.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SEYMOUR, Nicole. **Strange Natures: Futurity, Empathy, and the Queer Ecological Imagination**. Urbana: University of Illinois Press, 2013.
- SCHOU, Jannick. Ernesto Laclau and Critical Media Studies: Marxism, Capitalism, and Critique. **tripleC**, v. 14, n. 1, p.292-311, 2016.
- SHELDON, Rebekah. **The Child to Come**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 2026.
- SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- STRATHERN, Marilyn. **Partial Connections**. Oxford: Altamira Press, 2004.
- TELES, Rikartiany. Mineração, violações de direitos humanos e deslocamento ambiental em Maceió. In: MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim. (Orgs). **Colapso mineral em**

Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações. Maceió: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023. p. 148-175.

TELHA, Renata. **Histórias curriculares do fim do mundo**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atenção. **ClimaCom** v. 3, n. 7, p. 39-66, 2016.

VARELA, Maria do Mar Castro; DHAWAN, Nikita; ENGEL, Antke. (eds). **Hegemony and Heteronormativity**: Revisiting 'The political' in Queer Politics. Farnham: Ashgate, 2011.

VEIGA, Ádamo da. A Criança no fim do mundo: reprodutivismo futurista no Antropoceno. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e16655, 2024.

VIVEIROS-DE-CASTRO, Eduardo. O recado da mata. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de uma xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-41.

UNICEF. **Global snapshot climate related school disruptions in 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/170626/file/Global-snapshot-climate-related-school-disruptions-2024.pdf>. Acesso em: out. 2025.

UNICEF. **Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>. Acesso em: out. 2025.

WALKER, Brionna. Precarious times: queer Anthropocene futures. **Parrhesia**, v. 30, p. 137-155, 2019.

YUSOFF, Kathryn. Insensible Worlds: Postrelational Ethics, Indeterminacy and the (K)notes of Relating. **Environment and Planning D: Society and Space**, n. 31, v 2, p. 208-26, 2013.

ZIZEK, Slavoj. Holding the Place. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingency, Hegemony, Universality**. Londres: Verso Books, 2000. p. 308-329.

Recebido em: 06/02/2026

Aprovado em: 28/05/2026

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 27 - Número 64 - Ano 2026

revistalinhas.faed@udesc.br